

Literatura (d)e viagens no período dos fascismos: O Estado, a viagem e a literatura no contexto luso-alemão (1933-1945)

Travel (and) Literature During the Fascist Period: The State, Travel and Literature in the German-portuguese Context (1933-1945)

FERNANDO CLARA

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

f.clara@fcsh.unl.pt

Resumo: Os regimes autoritários tendem a ter uma relação contraditória com a viagem. Por um lado, promovem-na, com intuítos propagandísticos, por outro lado, limitam-na, com receio dos efeitos fracturantes que dela possam advir para a estabilidade das auto e heteropercepções do Estado. Partindo da grande diversidade de livros de viagens alemães sobre Portugal e portugueses sobre a Alemanha publicados durante o período nazi, o artigo procura reflectir sobre a complexa teia relacional em que a viagem, a literatura e o Estado então se vêem envolvidos. É dada especial atenção aos livros de Friedrich Sieburg (*Neues Portugal*, 1937) e de Gerhard Pommeranz-Liedtke e Gertrud Richert (*Portugal, aufstrebender Staat am Atlantik*, 1939).

Palavras-chave: Literatura de viagens; Propaganda; Fascismo; Nazismo; Salazarismo.

Abstract: Authoritarian regimes tend to develop a contradictory relationship with travel. On the one hand, they promote it, for propaganda purposes, on the other hand, they restrict it, for fear of the disruptive effects that might arise to the stability of State's self and hetero-perceptions. Starting from the wide range of German travel books about Portugal and Portuguese on Germany published during the Nazi period, the article seeks to address the complex relational network in which travel, literature and the State find themselves involved at the time. Special attention is given to the books by Friedrich Sieburg (*Neues Portugal*, 1937)

and by Gerhard Pommeranz-Liedtke and Gertrud Richert (*Portugal, aufstrebender Staat am Atlantik*, 1939).

Keywords: Travel literature; Propaganda; Fascism; Nazism; Salazarism.

1. O ESTADO, A VIAGEM E A LITERATURA DE VIAGENS

Nas reflexões teóricas e análises textuais que se debruçam sobre a literatura de viagens não é muito comum encontrar referências ao Estado. Melhor: não é muito comum ver atribuído ao Estado um papel de relevo no quadro de uma escrita de contornos reconhecidamente difusos que normalmente se move entre a literatura e a história e em torno dos desafios que a viagem coloca às dinâmicas ficcionais histórico-literárias.

Nos mundos que emergem dos livros de viagens o Estado tem – quando tem – um papel secundário e lateral, sendo porém certo que essa sua lateralidade no texto depende muito da própria geografia da viagem e da época em que é feita ou imaginada. As viagens a esse *eldorado* naturalista do século XIX que é a América do Sul, por exemplo, raramente se lhe referem (focadas como estão na Natureza), e no entanto importa não esquecer que são os próprios estados coloniais europeus que as autorizam ou as proíbem – recordem-se as intenções iniciais de uma viagem de Alexander von Humboldt ao Brasil, frustradas pelo poder político português, e o seu subsequente percurso alternativo pela América Central e do Sul. Em contrapartida, um relato de viagem sobre um qualquer país europeu, publicado até finais do século XVIII, compreende obrigatoriamente um capítulo sobre as instituições administrativas da nação ou das nações percorridas. As viagens utópicas, imaginadas ou fantasiosas, por seu turno, raramente prescindem de descrições (e não raro muito detalhadas) das formas organizacionais e administrativas desses Estados-Outros que revelam (veja-se por exemplo *Gulliver* de Swift ou a *Utopia* de More), uma presença que tem de resto um papel central na teia discursiva do texto, dado que assegura a tão necessária quanto desejada verosimilhança ao relatado.

Ora a par destas ausências-presenças intermitentes do Estado à superfície dos livros de viagem, a par das várias funções que a sua ausência ou a sua presença podem ter, interessa sobretudo chamar a atenção para um modo de relacionamento do Estado e da literatura de viagens que está de alguma forma já presente nas vicissitudes e contrariedades que a planeada viagem de Humboldt à América do Sul conheceu. Refiro-me ao papel central e fundacional que o Estado – leia-se: o poder político – tem na literatura de viagens colonial, centralidade essa para a qual as perspectivas pós-coloniais têm justa e pertinentemente chamado a atenção nas últimas décadas. Com efeito, os trabalhos dedicados ao estudo e análise do colonialismo têm vindo a mostrar de uma forma ineludível a centralidade do papel do Estado e a relação complexa que este estabelece com a literatura, com a viagem, e, por fim ainda, com o produto híbrido das duas que é a literatura de viagens. Dito de uma forma esquemática e porventura simplificadora: o Estado da Era Moderna alimenta e alimenta-se da literatura para construir o imaginário da sua identidade nacional, autoriza ou restringe as viagens pelos seus territórios

como forma de limitar os contornos desse mesmo imaginário, e define-se, quer dizer, é apresentado e representado na sua totalidade, tanto interna como externamente, através da literatura de viagens que descreve as suas terras, povos e costumes.

À semelhança do que sucede com os regimes coloniais, os regimes ditatoriais têm também uma relação complexa com a viagem e com a literatura. Por um lado, como é sabido, não abdicam de definir os contornos dos respectivos imaginários nacionais e, por isso, promovem-nas com intuítos propagandísticos, por outro lado, limitam-nas, com receio dos efeitos fracturantes que delas possam advir para a estabilidade das auto e hetero-percepções do Estado.

Apesar destas semelhanças estruturais, no entanto, e ao contrário do que sucede com a literatura de viagens colonial, os relatos de viagem produzidos e publicados em períodos totalitários não têm merecido a atenção que provavelmente merecem, seja por parte da investigação mais ligada à história, seja por parte das áreas dominadas por interesses de ordem filológica e cultural. Em certo sentido, compreende-se que assim seja: muitas destas obras são tidas como pura propaganda por parte da história (ficando assim o seu valor testemunhal consideravelmente menorizado), enquanto que, por seu turno, os estudos de cariz mais filológico consideram-nas textos também menores, fruto de uma invasão por parte da política que secundarizou e empobreceu a literatura e a cultura. “Maus documentos” históricos e “maus monumentos” literários, portanto, os relatos de viagens do período fascista europeu, por exemplo, raramente encontram lugar nas bibliografias dos livros ou ensaios das respectivas áreas. Salvo raras excepções, naturalmente.¹

E, contudo, a literatura de viagens, justamente pelo seu carácter híbrido, constitui um lugar privilegiado para tentar perceber como os regimes totalitários projectam e executam as suas políticas de (re)construção das identidades nacionais, para procurar compreender os modos como o poder político invade e toma posse de áreas onde as influências estatais eram até aí relativamente limitadas, ou para tentar entender a lógica subjacente à funcionalização política de uma popular tradição europeia com alguns séculos, como é o caso da literatura de viagens. Importa por isso procurar reconsiderar a complexa teia relacional em que o Estado, a viagem e a literatura se vêem envolvidos no período áureo dos fascismos europeus (1933-1945). Para o efeito, dar-se-á aqui particular atenção ao contexto luso-alemão da época.

2. VIAJAR NÃO É PRECISO

O modo como os regimes ditatoriais condicionam a viagem é bem conhecido: é a lei que determina quem pode (ou não) viajar para o estrangeiro, pelo que, tanto a viagem como de certo modo a produção de literatura de viagens, estão, desde logo, subordinadas ao discurso legislativo e condicionadas por este.

¹ Para o caso luso-alemão cf. entre outros Graf (1995), Streim (1999) ou Matos (1997 e 2016).

No caso português, a lei que limita as viagens ao estrangeiro de cidadãos nacionais ou, para ser mais exacto, a peça legislativa que regula a “emigração” é o decreto 16.782 de 29 de Abril de 1929. Como seria de esperar, trata-se de um decreto que espelha em boa medida as práticas e as preocupações dos regimes ditatoriais da época nestas áreas, mas que tem ainda o mérito de, ao mesmo tempo, dar a perceber de uma forma mais ou menos explícita as funções que o V governo da ditadura nacional, então presidido por Vicente de Freitas, atribui à viagem ao estrangeiro, assim como as raízes, relativamente inesperadas e longínquas, desse pensamento. O preâmbulo do decreto português é por isso, e a vários títulos, merecedor de uma leitura detalhada:

Considerando que ao Estado cumpre evitar tudo quanto possa contribuir para o desprestígio da Nação;

Considerando que o analfabetismo dos emigrantes prejudica o bom nome do seu País, já pela degradante ignorância que vão ostentar em terras estranhas, já por não poderem exercer geralmente senão as profissões mais humildes;

Considerando que a sua falta de instrução cria muitas vezes a êsses indivíduos situações bem difíceis e mesmo angustiosas;

Considerando que o Estado tem o dever de fomentar por todas as formas a instrução, que é um elemento de progresso e de riqueza; [...]

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º Não é permitida a emigração aos indivíduos de mais de catorze anos de idade e menos de quarenta e cinco que não provem ter obtido o certificado de passagem da 3ª para a 4ª classe do ensino primário elementar, com excepção dos comprovadamente anormais, quando tiverem de seguir as pessoas que dêles cuidem ou das mulheres casadas que acompanhem os seus maridos.

Muito centrado na “emigração” e na representação que se pretende prestigiante do país no estrangeiro – e possivelmente motivado em parte pelo aumento da emigração observável ao longo da década de 20 (cf. Valério, 2001: 84) – é importante no entanto começar por chamar a atenção para o enquadramento institucional deste texto: note-se que o decreto tem origem no Ministério da Instrução Pública e não, como provavelmente seria lógico e expectável, no Ministério do Interior, que normalmente teria o pelouro da ordem (policial) interna. Subordina-se portanto a viagem a uma questão de educação, atribui-se-lhe uma função de representação do país e limita-se – na verdade devia ler-se: proíbe-se – a viagem motivada pela “emigração” económica por se considerar que “prejudica o bom nome do país”. Ora, este enquadramento institucional aparentemente estranho (para não dizer anómalo) do decreto afigura-se particularmente interessante, porque revelador que, subjacente ao pensamento do legislador, parece estar um conceito de viagem tornado clássico no século XVII: com efeito, a viagem que o legislador português parece ter em mente, a que ele autoriza e que pretende promover, é a viagem educativa, aquela que no dizer de Locke (1764 [1693]: 318) constitui “a parte final da educação, normalmente pensada para concluir

a obra e completar o cavaleiro”.² Só assim parece poder justificar-se que a lei que regulamenta a deslocação ao estrangeiro de cidadãos portugueses – uma lei que, como se pode constatar no preâmbulo acima transcrito, atravessa várias áreas sensíveis do poder do Estado, da ordem interna às relações internacionais – tenha origem no Ministério da Instrução Pública.

Um segundo aspecto merecedor de destaque neste decreto está mais especificamente relacionado com o contexto luso-alemão da época. De facto, importa registar que o ministro da Instrução Pública que assina o texto é Gustavo Cordeiro Ramos, germanista (catedrático de Germanística da Universidade de Lisboa) e germanófilo que conhece bastante bem a importância que a viagem ao estrangeiro pode ter no quadro formativo do indivíduo, já que depois de terminar o Curso Superior de Letras, Cordeiro Ramos fez um estágio de um ano na Alemanha, em Leipzig, e, após uma breve passagem pela Suíça, regressa a Portugal com a sua tese de licenciatura escrita em alemão e publicada também na Alemanha (Ramos 1908).³ Ou seja, o ministro que assina o decreto é perfeitamente conhecedor da matéria sobre a qual legisla.

Finalmente, interessa chamar a atenção para as intrigantes coincidências, tanto ao nível das considerações como ao nível da regulamentação da viagem ao estrangeiro, que este preâmbulo do decreto português apresenta quando confrontado com alguns passos das *Leis* de Platão, onde ficam definidas as condições que determinam a autorização de viagem ao estrangeiro dos cidadãos de Magnesia (Platão, 1961: 949e-950d):

Para um Estado que não produz riqueza, excepto a partir do seu solo, e que não tem actividade comercial, é necessário determinar quais as medidas que deve tomar em relação à emigração dos seus cidadãos para outros países e à entrada de estrangeiros oriundos de outros lugares. [...] Ora, constitui uma política inconcebível proibir terminantemente aos estrangeiros que visitem o Estado ou aos cidadãos que visitem outros Estados, parecendo além disso, aos olhos do resto do mundo, uma atitude insociável e rude, uma vez que o Estado ficaria com a reputação [...] de usar métodos simultaneamente tirânicos e severos; e a reputação aos olhos dos outros, para o bem ou para o mal, é uma coisa que nunca deve ser encarada de ânimo leve. [...] Para a maioria dos Estados, a exortação que se faz no sentido de atribuir um elevado valor a uma boa reputação pública é uma exortação correcta. [...] No que diz respeito, portanto, à questão de ir para o estrangeiro, para outras terras e lugares, e no que se refere também à admissão de estrangeiros devemos agir da seguinte forma: em primeiro lugar, nenhum homem com menos de quarenta anos de idade será autorizado a ir para o estrangeiro, para qualquer lugar que seja; em segundo lugar, ninguém deve ser autorizado a deslocar-se ao estrangeiro, a título privado, mas apenas em missão pública e de representação.

O modo como a questão da reputação do país se articula com a viagem ao estrangeiro, a responsabilidade de representação do Estado no exterior atribuída ao viajante

² A não ser que haja indicação em contrário, todas as traduções são da minha responsabilidade.

³ Sobre Cordeiro Ramos e o papel por ele desempenhado no quadro cultural e político das relações luso-alemãs da época, vejam-se Medina (1998), Seruya (1995 e 2003) e Clara (2013).

e a quase coincidência da idade a partir da qual a “emigração” é permitida constituem um indício muito claro que as raízes do pensamento do legislador português se encontram muito próximas de Platão. Serão indícios de uma origem longínqua e porventura relativamente inesperada, mas nem por isso menos verosímeis, na medida em que as discussões em torno das visões políticas de Platão atravessam muitos dos debates político-filosóficos do período fascista europeu.⁴

Aliás, a este respeito não deixa de ser importante registrar ainda que as apropriações do filósofo grego ganham uma nova dimensão com a subida ao poder dos nazis na Alemanha, um momento decisivo que marca também o início da radicalização e expansão dos fascismos europeus. Com efeito, na Alemanha nazi as apropriações de Platão conhecem tons substancialmente mais radicais na medida em que se transformam num produto do horizonte ideológico de um país profundamente marcado pela obsessão genealógica, um país que se pretende descendente directo da Grécia Antiga nas mais diversas áreas – da arquitectura (Speer) à filosofia (Heidegger), sem esquecer essa nova encenação da tragédia que o cinema permite (Riefenstahl). A cópia estava todavia muito afastada do original. Afastada temporalmente, mas também, e sobretudo, conceptualmente.

Esse afastamento, mais notório e radical no caso da Alemanha nazi (como se terá oportunidade de ver), está no entanto também presente na própria concepção de viagem do preâmbulo do decreto português. De facto, como acima ficara referido, ao enquadramento institucional da lei portuguesa parecia estar subjacente uma noção de viagem próxima da viagem educativa e de formação que a Europa conhecia desde o século XVII. Na base dessa viagem, que era suposto culminar o percurso formativo do jovem, estava uma concepção de educação que via na diversidade das experiências, efectivamente tidas por um indivíduo, uma riqueza que sobrepunha ao saber livresco ou a qualquer aprendizagem de âmbito local (regional ou nacional que fosse). A viagem ao estrangeiro, a simples percepção e confronto com a diversidade de usos, costumes, povos ou tradições, não ampliava apenas os conhecimentos do jovem, alargando os seus horizontes de vivência e experiência, como consolidava a formação do seu carácter. Ora, durante o período dos fascismos não é exactamente esta a concepção de educação vigente, assim como não é esta a utilidade que se vislumbra para a viagem ao estrangeiro. O próprio decreto português, de resto, consubstanciava já um afastamento da concepção viática clássica ao colocar a tónica, utilidade e funcionalidade da viagem na “representação” (e não na “educação”), afastamento esse que viria a conhecer novos desenvolvimentos em ambientes políticos mais radicalizados, como é o caso da Alemanha nazi.

Um breve ensaio intitulado “O estrangeiro como educador” (“Das Ausland als Erzieher”), publicado no boletim oficial do Ministério da Ciência, Educação e Cultura Popular do Reich por Theodor Wilhelm (à época funcionário do Serviço Alemão de

⁴ Vejam-se, entre muitos outros e a mero título de exemplo, os ensaios de Holtdorf (1934), Maaß (1934); Morrow (1940) e Murley (1941); sobre estes debates, em que estão de alguma forma envolvidos alguns nomes importantes da filosofia alemã da época (tais como Heidegger, Gadamer ou Arendt) cf. Forti (2006), Orozco (1995) ou o estudo mais recente de Lavallée (2014).

Intercâmbio Acadêmico, DAAD), é a este respeito particularmente elucidativo (Wilhelm, 1935). Nele o autor começa por descrever e analisar aquilo a que chama a “doutrina de justificação da viagem ao estrangeiro”, uma doutrina que marcou todo o século XIX alemão e que assenta no “valor educativo e formativo” da viagem a que acima fora já feita alusão. Ao longo de mais de um século, prossegue Wilhelm, a viagem teria funcionado como uma espécie de “correção” (Korrektur) às “insuficiências e estreitez de vistas” produzidas por uma educação local, nacional (Wilhelm, 1935: 66*). Baseada nos valores de uma cultura “universal” (“universale” Bildung), a “doutrina de justificação da viagem ao estrangeiro” assentava pois na crença que o alargamento dos horizontes experienciais e vivenciais do viajante o tornaria mais culto e, desse modo, mais útil ao próprio Estado de onde era originário (Wilhelm, 1935: 67*).

Do ponto de vista de Wilhelm, porém, esta “doutrina’ de justificação perdeu [...] toda a sua validade”. Para o autor não se trata já de questionar se a viagem ao estrangeiro é necessária para alargar os horizontes culturais do indivíduo e torná-lo útil ao Estado, do que se trata, sim, é de saber “em que medida e em que extensão o *meu poder de decisão* [Entscheidungskraft] é necessário para que eu *domine* [meistern] a situação concreta a que estou exposto lá fora” (Wilhelm, 1935: 67*, sublinhados meus). Ou seja, o poder substitui-se ao saber e toda a lógica que presidira até aí à justificação da viagem de formação ao estrangeiro inverte-se: a sua eficácia não é já medida em função do alargamento dos horizontes individuais, mas sim em função da resistência individual precisamente a esse alargamento. Dito de outro modo ainda: “*O valor educativo da viagem ao estrangeiro não está portanto na mudança das minhas ideias* [Vorstellungen], *mas no meu comportamento em relação ao colorido muito particular – estranho* [fremde] – *do lugar e da atmosfera do meu agir*” (Wilhelm, 1935: 67*, sublinhado no original).

Em suma, viajar não era preciso, em certas circunstâncias não era mesmo desejável e noutras não era de resto possível. Ficavam assim definidos os grandes eixos pelos quais se regiam os regimes ditatoriais na sua relação com o estrangeiro e com a viagem ao estrangeiro, relação essa onde os textos resultantes de viagens têm decerto um lugar importante. Os casos do Estado português e do Estado alemão durante o período nazi não constituíram excepção a esta regra, tanto no que diz respeito às restrições impostas à viagem como no que se refere ao uso que deram à literatura de viagens. Não obstante as suas diferenças estilísticas e formais, os documentos atrás analisados (o preâmbulo do decreto português e o breve ensaio de Wilhelm) afiguram-se variantes de um mesmo pensamento autoritário que atravessa toda a época.

3. VIAGEM, LITERATURA, PROPAGANDA: O CONTEXTO LUSO-ALEMÃO 1933-1945

As publicações que têm origem nas viagens de portugueses à Alemanha ou de alemães a Portugal durante o período nazi enquadram-se de uma forma geral nas estruturas material e conceptual descritas, embora seja possível notar algumas diferenças de for-

ma e de objectivos que decorrem de circunstâncias individuais ou locais a que adiante será feita referência.

Naturalmente que importa não perder de vista que estas produções são todas elas duplamente limitadas pelos próprios contextos nacionais (e regimes políticos) em que se inscrevem: são limitadas, em primeiro lugar, porque a viagem está obviamente dependente da (também ela) dupla autorização dos Estados nela envolvidos – do Estado que autoriza a saída do viajante e daquele que aceita acolhê-lo; e, salvo uma ou outra excepção, são limitadas ainda por força do enquadramento institucional que as motiva, as autoriza e as publica.

Estes constrangimentos, a que acrescem no caso da publicação os constrangimentos ditados pela censura, não implicam contudo uma uniformidade discursiva, pelo menos de ordem formal, uma vez que o conjunto dos textos portugueses publicados sobre a Alemanha que tiveram origem em viagens então realizadas são, de facto, consideravelmente heterogéneos. Incluem as publicações motivadas pela curiosidade jornalística ou pela necessidade de proporcionar a um público vasto informação sobre as transformações políticas que ocorriam num país que estava claramente a regressar ao centro do interesse da opinião pública internacional depois da derrota sofrida na Grande Guerra. Entre essas publicações encontram-se o volume do jornalista Torres de Carvalho (1933), *Nazis: aspectos citadinos e políticos da Alemanha*, o livro do Major Carlos Afonso dos Santos (1935), *Como eu vi a Alemanha*, ou a conferência do engenheiro civil António Pinto (1939) no Liceu de Lisboa, *Através da Alemanha: as suas diferentes organizações*, uma conferência já claramente alinhada com o regime nazi e apoiada de resto pelo Centro Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural, com sede em Lisboa e com ligações que se diriam umbilicais à Legação Alemã e à Escola Alemã da capital portuguesa.⁵ A propaganda alemã vai, aliás, progressivamente invadindo este espaço público português de várias formas, nomeadamente com publicações e revistas editadas pelas autoridades alemãs em língua portuguesa (cf. Ninhos 2010), mas também com textos de autores portugueses de entre os quais cumpre destacar a viagem do jornalista Metzner Leone à Alemanha já em guerra, viagem essa que é feita a convite das autoridades alemãs e publicada em 1941 com o título lapidar de *Nazis: dez meses na Alemanha em guerra*.

Paralelamente, são do mesmo modo dados a público textos de cariz diferente, mais específico e especializado, resultantes de “viagens de estudo” à Alemanha, a maior parte delas patrocinada pela Junta de Educação Nacional ou pelo Instituto para a Cultura, instituições criadas pelo já mencionado Gustavo Cordeiro Ramos, uma figura sem dúvida incontornável no quadro do relacionamento luso-alemão da época. Estão entre estas publicações *Uma viagem de estudo à Alemanha*, do jurista e professor da universidade de Coimbra José Beleza dos Santos (1936) ou *A medicina na Alemanha: notas de uma viagem de estudo*, do médico Armando Narciso (1941).

⁵ Sobre o relacionamento luso-alemão na época, vejam-se, entre muitos outros, os trabalhos mais recentes de Pimentel e Ninhos (2013), especialmente as pp. 77-147, Matos e Grossegeisse (2011) ou alguns dos ensaios publicados em Clara e Ninhos (2014).

Finalmente, valerá ainda a pena fazer referência à interessante narrativa gráfica de viagem à Alemanha deixada pelo pintor Carlos Carneiro e só publicada recentemente com o título de *Carlos Carneiro: História da minha viagem à Alemanha* (2003). Tal como na maioria dos restantes casos, esta última viagem inscreve-se também no (já) habitual enquadramento institucional uma vez que teve origem no convite das autoridades alemãs para uma exposição em Berlim em 1943, convite esse que foi endereçado ao pintor português pelo Instituto Ibero-Americano de Berlim, outra das instituições que assume um papel de verdadeiro nó central da rede de contactos luso-alemã da época.

Esta amostra muito selectiva de textos – note-se que um olhar mais minucioso e exaustivo teria de enumerar várias dezenas de obras publicadas durante o período em questão – tem no entanto o mérito de mostrar que no caso das publicações portuguesas sobre a Alemanha nazi confluem duas zonas de interesse público fundamental: a primeira delas é sem dúvida determinada pela questão política e a segunda revela uma atenção digna de nota pela ciência alemã.

O conjunto das publicações alemãs que resultam de viagens a Portugal na época não é muito diferente, sobretudo no que toca à verdadeira condição *sine qua non* de todos estes textos: o seu enquadramento institucional e alinhamento político com os dois regimes em questão. É esse o caso, por exemplo, de um livro publicado em 1942 e intitulado *Portugal*, da autoria da fotógrafa Helga Schmidt-Glassner e de Gertrud Richert, então responsável pelos países ibéricos no já mencionado Instituto Ibero-Americano de Berlim, que é significativamente acompanhado de uma nota introdutória do Conde de Tovar, ministro de Portugal no Reich. Richert é de resto autora de diversas outras publicações sobre Portugal de entre as quais cumpre destacar *Os Monumentos de Lisboa (Die Bauwerke von Lissabon)*, um folheto publicado em 1935 pela “Frente Alemã do Trabalho” (Deutsche Arbeitsfront) para servir de guia aos visitantes da organização nazi “Força pela Alegria” (Kraft durch Freude) que participaram nas viagens de cruzeiro que entre 1935 e 1939 tiveram como destino Lisboa, a Madeira e os Açores.⁶ Os documentos conhecidos destas viagens, os publicados e os que se encontram nos arquivos, são aliás particularmente interessantes neste contexto na medida em que confirmam a perspectiva atrás referida de Wilhelm sobre a “nova doutrina de justificação da viagem ao estrangeiro”: com efeito os relatórios secretos dos “homens de confiança para as viagens ao estrangeiro” que acompanhavam estes cruzeiros invariavelmente destacam a “inferioridade racial de Portugal em comparação com a Alemanha” ou a falta de asseio, atitude e cultura dos trabalhadores portugueses (cf. Matos, 2016: 45-

⁶ Sobre estas viagens a Portugal, das quais resultaram uma série de outras publicações, veja-se Matos (1997 e 2016); sobre as viagens da organização “Força pela Alegria”, que aliás constituem uma reconfiguração – leia-se: uma politização – da viagem turística organizada, agora sob a égide do Estado, cf. Baranowski (2004) e Semmens (2005). O folheto sobre os monumentos de Lisboa é pedido a Richert por Friedhelm Burbach, comissário e principal representante da “Organização no Estrangeiro” do partido nazi (Auslandsorganisation) nos países ibéricos em carta de 23 de Fevereiro de 1935 (cf. Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, Ibero-Amerikanisches Institut, I.HA Rep 218, 238: 133-135).

46). A viagem não servia já para alargar horizontes, mas sim para confirmar os juízos paroquiais (e neste caso fortemente ideologizados) anteriormente existentes.

As marcas institucionais e ideológicas do Estado nacional-socialista são evidentemente inquestionáveis nestes discursos, mas há também outras publicações da época onde essas marcas são mais subtis ou, pelo menos, não tão óbvias. É o caso do livro que o escritor Friedrich Sieburg publica em 1937 a convite do Secretariado de Propaganda Nacional, *Novo Portugal: Retrato de um velho país* (*Neues Portugal. Bildnis eines alten Landes*), e do volume ilustrado de Gerhard Pommeranz-Liedtke e (de novo) Gertrud Richert, intitulado *Portugal, Estado emergente no Atlântico* (*Portugal, aufstrebender Staat am Atlantik*) e surgido em 1939.

Seja por apresentarem em comum uma forte relação de dependência do Estado português, seja por obedecerem a configurações discursivas mais elaboradas e complexas, estas duas últimas obras serão aqui objecto de uma análise mais detalhada que procurará perceber melhor as condições de produção deste género de textos na época.

3.1. O *Novo Portugal*

Friedrich Sieburg era correspondente do jornal alemão *Frankfurter Zeitung* em Paris quando se tornou conhecido dos meios jornalísticos e literários europeus com a publicação em 1929 de *Deus em França? (Gott in Frankreich?)*, obra que foi no ano seguinte traduzida para francês com o título *Dieu est-il français?* e que teve um sucesso assinalável, com várias reedições na Alemanha e na França ao longo das décadas seguintes. O seu percurso profissional, de jornalista prestigiado da República de Weimar a membro do partido nazi a, finalmente, autor e editor igualmente prestigiado das indústrias culturais alemãs do pós-guerra, espelha em grande medida aquela que foi também a biografia de diversos outros publicistas e escritores alemães da época.

Autor de uma obra profícua e muito heterogénea, onde, além do ensaio, da poesia e da biografia, se incluem viagens à Polónia, África e Japão, o seu livro sobre Portugal teve origem num convite do Secretariado de Propaganda Nacional, convite esse a que não terá sido alheia a popularidade que Sieburg alcançou com a sua obra sobre França, nem o facto – não irrelevante para o contexto português e que por isso mesmo importa aqui desde logo registar – de ser católico.⁷

Este “convite à viagem” por parte do Secretariado de Propaganda Nacional não é apenas a primeira e mais determinante das condições de produção deste *Novo Portugal*, é também uma marca bastante clara das transformações que a instituição literária

⁷ Cf. Nickel (2010) e, mais recentemente, Deinet (2014) e Zimmermann (2015); sobre Sieburg vejam-se ainda os trabalhos de Taureck (1987), Krause (1993) e Buddenbrock (2007); sobre as suas viagens vejam-se Opitz (1990 e 1993), Streim (1999) e Wege (2005). De acordo com os registos do Secretariado de Propaganda Nacional, Sieburg esteve no país em Março e Abril de 1937, tendo regressado com a mulher em Dezembro do mesmo ano (cf Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/D-M/31/9). Além do livro, Sieburg deixou então ainda uma série de crónicas sobre Portugal no *Frankfurter Zeitung*.

conhece durante o período dos fascismos europeus e da sua inegável subordinação à política. Ora, justamente o modo como esta característica de politização da estética se concretiza no livro de Sieburg sobre Portugal, é particularmente interessante, uma vez que põe a nu a estrutura mental autoritária e paternalista que lhe está na base.

Com efeito, o autoritarismo está longe de se reduzir ali à veneração das figuras de Salazar ou Hitler. Trata-se de um autoritarismo endémico que se estende bem para além da dimensão político-ideológica através da autoridade paternal de duas figuras com as quais significativamente o livro se inicia e termina: nada mais nada menos do que Ulisses e Deus. A dedicatória “pessoal” (Persönliches) que abre o livro dificilmente poderia ser mais explícita a este respeito, introduzindo as figuras de Ulisses, do pai do autor (a quem a obra é dedicada) e do autor, envolvendo-as numa nebulosa e ambígua relação identitária (Sieburg 1937: 5):

Éramos crianças, não sabíamos bem ao certo quem Ulisses fora. Dizia-se que tinha passado por muitas dificuldades, que tinha sido levado a muitas paragens e que também teria fundado Lisboa. [...] Estávamos convencidos que ele era tal e qual o nosso pai [...]

E a seguir a esta encenação-memória infantil (caracteristicamente inocente e vaga nos seus contornos, mas sempre veneradora), que atribui à figura paternal a autoridade e as qualidades do mítico fundador da cidade de Lisboa, Sieburg imediatamente estabelece uma outra relação, paralela e de índole muito semelhante, com este seu *Novo Portugal* (Sieburg 1937: 6):

Portugal foi para mim um espaço familiar, até ao lugar mais recôndito da minha alma, e entrou no meu destino como aquele momento em que se pergunta: “Onde é que eu já vivi isto?” Quando eu ao fim de um dia, já cansado de caminhar, me sentei para descansar numa rocha não muito longe do Cabo da Roca, o ponto mais ocidental da Europa, percebi subitamente [...] que era como se não houvesse já qualquer diferença, entre mim e o meu falecido pai.

Ou entre o autor e Ulisses, acrescentar-se-ia. Quer dizer, fica assim, desde o início, traçada uma linha genealógica directa, de Ulisses ao autor, intermediada pelo pai deste, que se irá revelar determinante na sua relação com o local, uma relação simultaneamente paternalista e familiar, construída em grande medida com base nas proximidades e afinidades entre os regimes alemão e português que atravessam toda esta primeira edição da obra.

Deus, por seu turno, surge na última secção do livro, intitulada “O pigarro de Deus” (Das Räuspern Gottes), onde se descreve (mais) um terramoto na cidade de Lisboa. O momento é crucial, mais uma vez, porque é o momento da despedida, o momento do final da viagem e também do final do livro. Significativamente a notícia é dada no melhor estilo jornalístico, sem qualquer tipo de adjectivos ou predicados. Como um “facto”, portanto (Sieburg 1937: 267): “Mesmo no final, na véspera da minha partida, deu-se o terramoto”. O “facto”, no entanto, é relevante apenas na medida

em que remete o autor para 1755 e para uma figura tutelar e autoritária da história portuguesa – o Marquês de Pombal (Sieburg 1937: 268):

O terramoto que encerrou a minha estadia em Lisboa foi completamente inofensivo e não fez quaisquer estragos. Mas foi um terramoto, uma lembrança de 1755, [...] uma recordação da morte e daquele Marquês de Pombal, cuja história eu tinha lido naquela tarde, Marquês que então, calmo por entre as ruínas, pensara no futuro e apenas no futuro. “Enterrar os mortos, cuidar dos vivos”, [...] dissera ele, e foi assim que a vida prosseguiu.

O meu terramoto teve lugar às onze e meia da noite. A folha com o dito de Pombal estava ainda em cima da minha mesa.

O uso do possessivo “o *meu* terramoto” (“*Mein Erdstoß*”), a par da sugestão da presença de Pombal junto do autor, uma presença que assume um plano quase físico (“A folha com o dito de Pombal estava ainda em cima da minha mesa”), denunciam uma visão simultaneamente paternalista, familiar e autoritária em que o autor se coloca no centro da sua narrativa e se transforma no verdadeiro protagonista da história portuguesa (tal como já anteriormente se havia transformado em Ulisses, fundador mítico da cidade de Lisboa).

Aliás, o modo como o tempo histórico e o tempo mítico se tornam indistintos na obra, o modo como passado e presente (e de alguma forma futuro também) se indiferenciam, quase sempre confluindo numa espécie de outro tempo, não cronológico e primordial, tem um papel fundamental na estratégia discursiva de Sieburg. São essas indistinções que permitem a Sieburg ver na pobreza e atraso da população de Alfama imagens de um paraíso bíblico, onde “as mulheres ainda vão buscar água [...] às fontes em cântaros *bíblicos*” (Sieburg 1937: 236, sublinhado meu). E são essas indistinções ainda que conferem autoridade e justificam o presente político. É sobretudo no tratamento das figuras histórico-políticas que essa indistinção temporal se torna mais visível, já que Salazar, o Infante D. Henrique, Pombal ou mesmo Ulisses e os respectivos tempos não se apresentam como essencialmente diversos. Todos eles mantêm com efeito uma estreita relação entre si e com o autor, uma relação que tem na sua base, sempre, a afinidade da autoridade e que ao longo da obra vai sendo encenada ora genealógicamente, com Ulisses, ora ideológica e politicamente, com Salazar (a par de outras figuras históricas), ora ainda através da curiosa sugestão de uma proximidade ou de uma identificação quase física, como sucede no passo acima citado em relação às palavras de Pombal na secretária do autor.

O passado – mítico, histórico ou divino – confere autoridade e ao mesmo tempo explica o presente. O sentido que Sieburg atribui ao “terramoto” que havia encenado no momento da sua partida de Portugal é a este título elucidativo (Sieburg 1937: 269):

Na manhã seguinte era a hora de partir. Um amável funcionário português, que de tempos a tempos zelava para que não me faltasse nada, queixou-se-me do tremor de terra da noite passada e pediu-me para não levar a mal o incidente. “Quase nunca acontece por aqui. Que azar ter acontecido enquanto aqui estava. O que pensará agora de nós?” [...] “Pelo contrá-

rio”, consolei-o eu, “este terramoto é um sinal que Portugal tem ainda uma certa relação com Deus. Já reparou que nos países protestantes quase nunca há terremotos?”

Este último diálogo terá sido seguramente lido com agrado por parte das autoridades portuguesas da época, muito embora o livro nunca tenha sido traduzido para português. Em todo o caso não era objectivo do volume influenciar a opinião pública portuguesa, mas sim procurar representar o país no estrangeiro de uma forma prestigiante.⁸ E de facto, a tradução francesa do livro de Sieburg, da autoria de Pierre Klossowski e publicada em 1938, veio proporcionar a este *Novo Portugal* um público internacional mais alargado, juntando-se a uma série de outras publicações que zelavam pelo bom nome do país e do seu governante e que inundaram o espaço público europeu a partir dos anos 30. Neste conjunto de obras merece naturalmente especial destaque o livro de António Ferro (*Salazar: o homem e a sua obra*, 1933) e as respectivas traduções francesa, espanhola e inglesa, mas são diversas as publicações apologéticas do regime português que então surgem na Europa, uma boa parte delas fruto de um esforço deliberado e programado de divulgação do país no estrangeiro levado a cabo pelo Secretariado de Propaganda Nacional (cf. entre outros Pina 2000).

Mas porventura mais interessante do que a recepção internacional do livro de Sieburg é o seu percurso no próprio espaço alemão. É que ao contrário do que sucedeu com as publicações propagandísticas sobre o regime português na Alemanha, que foram, por assim dizer, intencionalmente esquecidas e apagadas da memória depois de 1945,⁹ a partir do momento em que os elogios épicos das soluções autoritárias foram deixando de encontrar eco na Europa, o livro de Sieburg conheceu surpreendentemente novas edições na Alemanha até, pelo menos, 1968. É certo que estas novas edições não correspondem a simples reedições ou reimpressões da obra. Essas dificilmente podiam ser aceites na Alemanha do pós-guerra, seja pelo elogio explícito do regime autoritário que ali se desenha, seja pelo facto de o seu autor ter estado proibido de publicar pelos Aliados até 1948. Mas não deixa de ser interessante notar que ao retomar a sua actividade publicista uma das primeiras decisões que Sieburg toma é a de dar a público, em formato de antologia, antigos êxitos editoriais,

⁸ Vale a pena referir que o original alemão foi objecto de uma breve recensão crítica por parte de Albert Guérard, então prestigiado comparatista da Universidade de Stanford, nas páginas da revista literária norte-americana *Books Abroad*; a recensão não parece no entanto ir exactamente ao encontro dos objectivos das autoridades portuguesas, já que sendo globalmente elogiosa (embora nem sempre sem ironia) da escrita de Sieburg (um “jornalista que é quase um historiador e quase um poeta”), não deixa no entanto de expressar fortes dúvidas em relação aos encómios que o autor alemão tece a Salazar e ao “Estado totalitário” português (Guérard 1939).

⁹ Tendo em conta o caso específico do livro aqui em questão e das perspectivas nele assumidas em relação ao regime português por parte de Sieburg, importa chamar a atenção para o indisfarçável e curioso exercício de apagamento da memória e de re-escrita da história patentes no obituário do autor (Anónimo 1964: “Ele [Sieburg] odiou Hitler e Franco e Salazar e Estaline”) e num texto publicado mais recentemente, por ocasião do centésimo aniversário do seu nascimento, texto este significativamente intitulado “Um homem sem passado” (Leonhardt 1993).

entre os quais se contam as suas viagens. É assim que em 1952 surge o volume *Ainda a distância: a outra parte dos melhores anos* (*Geliebte Ferne: Der schönsten Jahre anderer Teil*) onde se inclui a viagem a Portugal (Sieburg 1952). E valerá a pena registar também que nesse mesmo ano de 1952 o nome de Sieburg consta ainda da “lista de expedição de propaganda” do Secretariado Nacional da Informação português, que havia sucedido ao Secretariado de Propaganda Nacional (“relação de algumas individualidades às quais foram fornecidos elementos de estudo para a elaboração de livros, artigos, conferências, etc. sobre assuntos portugueses”, reproduzida em Cotrim 2010: 92). Ora esta reedição antológica de 1952, naturalmente muito trabalhada e expurgada dos passos que mais directamente se referiam a figuras do anterior regime alemão, tem uma longevidade assinalável já que é republicada em 1960, 1962 e, pelo menos, 1968, constituindo desse modo um espelho particularmente curioso e bastante fidedigno das dinâmicas (de continuidade) do relacionamento luso-alemão ao longo do período.

Está ainda por fazer, com o rigor histórico-filológico que seria desejável, uma análise das várias edições do volume de Sieburg sobre Portugal. Mas a verdade é que por muito que o autor se tenha esforçado por apagar os traços de ordem política mais obviamente comprometedores – o título original *Novo Portugal* (que remetia obviamente para o Estado Novo de Salazar) transforma-se, por exemplo, no neutral *Portugal* –, uma leitura comparada, ainda que superficial, das várias edições da obra não pode deixar de notar nestas publicações do pós-guerra a mesma estrutura autoritária que estava na base da versão original. Tratar-se-á de uma estrutura que pode ser explicada pelo característico conservadorismo do seu autor, mesmo na fase do pós-guerra, e por uma certa complacência da República Federal da Alemanha para com o regime de Salazar (cf. Fonseca 2007)? Decerto que sim, mas trata-se também de um indício de que não era já possível expurgar completamente a política dos assuntos da estética. A criação em França do primeiro ministério dos assuntos culturais em 1959, pasta atribuída a André Malraux pelo general de Gaulle, só viria confirmar isso mesmo.

3.2. O Prémio Camões de 1939

À semelhança do *Novo Portugal* de Sieburg, o livro de Pommeranz-Liedtke e Richert (1939) apresenta a mesma dependência do Estado português e do Secretariado de Propaganda Nacional, se bem que essa dependência seja neste caso de índole ligeiramente diferente. É que desta vez o volume nasceu de iniciativa alemã, no Instituto Ibero-Americano de Berlim, onde Gertrud Richert era, desde 1935, responsável por Espanha, Portugal, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O livro tinha um objectivo muito específico: concorrer à edição de 1939 do Prémio Camões, prémio instituído em 1937 pelo Secretariado de Propaganda Nacional e que deveria ser atribuído bianualmente à melhor obra estrangeira sobre Portugal. A intenção de concorrer ao prémio fica registada em carta enviada pelo Instituto Ibero-Ame-

ricano de Berlim ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão em 9 de Novembro de 1939, carta essa que acompanhava 10 exemplares do livro que aquele ministério deveria fazer chegar formal e oficialmente a Lisboa:

Instituto Ibero-Americano de Berlim

Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, secção cultural

9 de Novembro de 1939

Assunto: Prémio Camões, Portugal.

Com referência à conversa telefónica entre o Conselheiro Dr. Dahnke, do Ministério da Ciência, Educação e Cultura Popular, e o Dr. von Merkatz, o Instituto Ibero-Americano propõe-se concorrer ao Prémio Camões, a ser atribuído por Portugal, com os seguintes autores: G. POMMERANZ-LIEDTKE e G. RICHERT: *Portugal – Estado emergente no Atlântico*, Ed. Steiniger Berlim, Reimar Hobbing 1939.¹⁰

Além deste objectivo específico do livro, que é evidentemente condição primeira da sua existência, há ainda outros aspectos que devem ser tidos em consideração para uma compreensão mais alargada desta publicação e do contexto em que ela surge.

Nesse sentido, e em primeiro lugar, importa sublinhar que o livro é proposto por um instituto cultural alemão para um prémio literário instituído pelo Estado português. Tanto a proposta alemã como o prémio português se inscrevem portanto no âmbito do já conhecido processo de estatização ou de politização da estética literária. Mas do que se trata aqui, na verdade, é da subordinação de *toda* a escrita à política, dado que o Prémio Camões se destinava à “melhor obra literária ou científica” (Pinto 2008: 71) e o livro de Pommeranz-Liedtke e Richert é, de facto, um ensaio híbrido onde se misturam temas e estilos literários e artísticos com análises e tabelas económicas ou observações de ordem geográfica.

Esta politização pode confirmar-se ainda de outra forma —e este é o segundo dos aspectos que aqui cumpre destacar—, nomeadamente através do percurso e situação profissional dos autores na época. Richert era funcionária de um instituto alemão que, embora não fosse uma instituição estatal (tal como não o eram a maior parte das instituições culturais ou científicas nascidas durante a República de Weimar), estava claramente alinhado com as políticas culturais e científicas da Alemanha nazi (sobre o Instituto Ibero-Americano durante o período nazi cf. Glied 2000 ou Liehr et al. 2003) e Pommeranz-Liedtke trabalhava então no serviço de imprensa e propaganda do departamento de política colonial do partido nacional-socialista (cf. Langer 1983). Esta co-autoria, que aproxima um instituto cultural vocacionado para o trabalho cultural com os países ibero-americanos e o departamento colonial do partido nazi, não pode evidentemente ser subestimada.

Finalmente, importa considerar o prémio a que a obra concorria e que se integrava no âmbito da “Política do Espírito” desenhada por António Ferro no Secretariado de

¹⁰ Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, Ibero-Amerikanisches Institut, I.HA Rep 218, 242: 37.

Propaganda Nacional (cf. Pinto 2008). A primeira edição do Prémio Camões data de 1937 (embora o prémio só tenha sido atribuído em Maio de 1938) e foi ganha pelo escritor suíço Gonzague de Reynold com o seu livro *Portugal* (1936). Reynold não era exactamente um desconhecido das elites culturais do país, que havia visitado em 1935 a expensas do Secretariado de Propaganda Nacional,¹¹ fazendo supor que na origem da publicação do seu livro está um processo semelhante ao que motivou a obra de Sieburg. O júri daquela primeira edição do prémio era constituído por quatro personalidades portuguesas (Alberto de Oliveira, Agostinho de Campos, Caeiro da Mata e Silva Dias) e quatro estrangeiras (Hanns Johst, Massimo Bontempelli, Jacques de Lacretelle, Robert de Traz e T.S. Eliot), sendo presidido por António Ferro (cf. Pinto 2008: 134). Vale a pena destacar a presença de T.S. Eliot neste primeiro júri e recordar que o escritor americano naturalizado britânico, conservador e católico, estava ligado à editora Faber and Faber, a mesma editora que haveria de publicar a tradução inglesa do livro de António Ferro sobre Salazar em 1939, um ano depois de Eliot ter participado no júri do prémio, portanto.¹²

No ano em que o livro de Pommeranz-Liedtke e Richert concorreu ao Prémio Camões o Secretariado de Propaganda Nacional decidiu alterar substancialmente a composição do júri apesar de o regulamento se manter (cf. Pinto 2008: 136-137): não se tratou de uma simples substituição individual dos seus membros, tratou-se, isso sim, de uma mudança da filosofia que estava subjacente à atribuição do prémio, já que o júri passou a ser integrado apenas por portugueses. Presidido, ainda e naturalmente por António Ferro, o júri da segunda edição do Prémio Camões era composto por Alberto de Oliveira, Agostinho de Campos e José Caeiro da Mata, elementos que já tinham feito parte do júri anterior, a que se juntaram então os nomes de Gustavo Cordeiro Ramos, João Providência de Sousa e Costa e Celestino da Costa. E foi este o júri que, em Março de 1940, decidiu entregar o prémio de 1939 ao britânico John Gibbons pelo seu livro *Não criei musgo* (*I gathered no moss*) publicado em 1939, uma obra que, sob a capa de uma estadia numa aldeia transmontana e de uma apologia do ruralismo, se afirma como um verdadeiro “compêndio ideológico do Estado Novo” (Pinto 2008: 116).

É bem sabido que a história é escrita pelos vencedores (Benjamin 2013) e nessa medida não surpreende que o estudo de Rui Pedro Pinto sobre estes *Prémios do Espírito* dedique uma boa parte da sua análise ao livro premiado de Gibbons (Pinto 2008: 103-133). Há no entanto pormenores da edição de 1939 do Prémio Camões que mostram, não só um quadro dos bastidores do concurso bastante mais complexo, como apontam também para um resultado que poderia ter sido outro.

¹¹ Cf. Vilas-Boas (2011: 142-143); nas “relações discriminadas das despesas efectuadas” pelo Secretariado de Propaganda Nacional (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/D-M/31/9) o nome de Reynold surge com alguma frequência de Novembro de 1935 a Janeiro de 1936.

¹² Sobre esta passagem de Eliot por Portugal cf. Silva (2009); sobre o pensamento conservador e católico de Eliot na época cf. entre outros Ellis (2015: 17-65).

O primeiro desses pormenores tem a ver com a decisão de adiar o prazo de recepção das obras a concurso. De acordo como o jornal *Diário da Manhã* de 16 de Novembro de 1939 (*apud* Pinto 2008: 97):

A data limite da entrega das obras concorrentes seria 15 de Novembro de 1939, mas “tendo em vista os pedidos formulados no sentido dum adiamento do período, justificados pela situação anormal criada às indústrias gráficas pelas primeiras semanas de guerra, o SPN decidiu prorrogar o prazo de recepção dos livros até 5 de Dezembro”.

Embora na notícia não seja referido quem formulou “os pedidos” para o adiamento do prazo da entrega das obras, a verdade é que um parágrafo da carta atrás citada, que o Instituto Ibero-Americano enviou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich declarando a intenção de concorrer ao prémio com o livro de Pommeranz-Liedtke e Richert, deixa perfeitamente claro que esses “pedidos” deverão, com toda a probabilidade, ter tido origem na Alemanha:

A impressão da obra deveria ter estado pronta já em finais de Agosto de 1939. Na sequência da guerra a finalização do trabalho atrasou-se, de modo que só foi possível pôr o livro à venda nos primeiros dias do mês de Novembro de 1939.¹³

Outro desses pormenores diz respeito à constituição do júri desta edição do prémio, um júri que, se não era germanófilo, estava pelo menos maioritariamente muito receptivo às ideias vindas da Alemanha. Com efeito, não pode deixar de se registar que entre os três novos membros deste júri português se encontram os dois catedráticos de germanística das universidades de Lisboa e Coimbra (respectivamente Gustavo Cordeiro Ramos e João Providência de Sousa e Costa) e um médico e cientista que havia estudado em Berlim e que nos cargos desempenhados na Junta de Educação Nacional e no Instituto para a Alta Cultura viu sempre na ciência alemã um modelo a seguir (Celestino da Costa). Além disso, importa igualmente não perder de vista a empatia com a Alemanha que o percurso pessoal e profissional de dois outros membros do júri deixa entrever, como é o caso de Caeiro da Mata, que tinha sido ministro dos negócios estrangeiros de Salazar entre 1933 e 1935 e que, nessa qualidade, limitara a entrada em Portugal aos judeus expulsos da Alemanha nazi (cf. Chalante 2011: 46), ou de Agostinho de Campos, que tinha ensinado em Hamburgo e em Maio de 1937 fora o orador convidado das comemorações dos 400 anos de Gil Vicente que tiveram lugar no Instituto Ibero-Americano de Berlim, tendo ali discursado, nessa ocasião, num “alemão fabuloso” como escreve Gertrud Richert numa carta ao então ministro de Berlim em Lisboa, Oswald von Hoyningen-Huene.¹⁴

¹³ Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, Ibero-Amerikanisches Institut, I.HA Rep 218, 242: 37.

¹⁴ Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, Ibero-Amerikanisches Institut, I.HA Rep 218, 225: 54; o discurso de Agostinho de Campos foi aliás publicado no *Ibero-Amerikanisches Archiv* de 1937 (cf. Campos 1937).

A estes pormenores acrescem ainda os diversos documentos relacionados com a publicação deste livro que se encontram no (pouco) que resta dos arquivos do Instituto Ibero-Americano de Berlim e que dão eloquente testemunho do forte empenhamento da máquina de propaganda cultural alemã neste projecto. De entre esses documentos vale a pena destacar a amizade e a afinidade de modos de pensar patente na correspondência trocada sobre o assunto entre a própria Richert e Hoyningen-Huene, que está bem para além do expectável relacionamento institucional,¹⁵ assim como os diversos cartões de agradecimento pelo envio do livro que uma parte importante da elite cultural portuguesa de então faz chegar ao Instituto de Berlim (Celestino da Costa, Leite Pinto, Pires de Lima, Cabral de Moncada, Agostinho de Campos, Cordeiro Ramos, Nobre Guedes, Providência da Costa, Mendes Correia etc.).¹⁶

Quer dizer: são diversos e muito fortes os indícios que apontam no sentido de tudo estar preparado –de tudo ter sido preparado– para que fosse o livro de Pommeranz-Liedtke e Gerturd Richert a ganhar o Prémio Camões de 1939.

Não foi entretanto isso que sucedeu. Os motivos não são fáceis de descortinar: terá sido por causa do eclodir da Guerra, que teve na Alemanha o país agressor? O júri, português e católico, terá tido relutância em atribuir o prémio à Alemanha nazi que acabara de invadir a Polónia católica? Terá sido determinante a opinião do próprio António Ferro, que tinha da Alemanha de Hitler uma visão porventura mais distanciada (cf. p.ex. Acciaiuoli 2013: 50-61 e Zúquete 2005: 55)?

É claro que a resposta a algumas destas questões não pode dispensar uma análise da obra e “trajectória” de Gibbons, como Pinto (2008: 103-115) sugere, mas essa análise terá aqui de partir de uma perspectiva diferente daquela, tendo em conta o contexto que acima fica descrito. Decerto que o autor britânico não é um desconhecido do país (Pinto 2008: 108) uma vez que a sua obra premiada não foi o primeiro livro que escreveu sobre Portugal (Gibbons 1931 e 1936; sobre estas publicações cf. também Calado 2005). Mas talvez seja mais importante recordar que este escritor viajante ficou sobretudo conhecido nos meios culturais europeus com um relato de uma peregrinação pedestre ao santuário católico de Lourdes (*Tramping to Lourdes*, 1928) que foi posteriormente traduzida para francês com o título de *Le vagabond de Notre-Dame* (1934), livro esse que conheceu uma popularidade relevante nos anos 30 (a prová-lo estão justamente as várias edições do original inglês e da tradução francesa, assim como as inúmeras recensões e comentários que ambos mereceram). O que significa que à sua proximidade de Portugal se junta ainda a afinidade de uma mesma visão cristã e católica do mundo (cf. no mesmo sentido Pinto 2008: 106) que não pode e não deve ser esquecida. Uma afinidade que aliás se confirma ainda pelo facto de o seu livro premiado em Portugal ter sido publicado pelo editor Robert Hale em Inglaterra e ter conhecido ainda uma outra edição, no mesmo ano de 1939, dada à estampa pelo Catholic Book Club britânico (Gibbons 19139a e 1939b). E no

¹⁵ Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, Ibero-Amerikanisches Institut, I.HA Rep 218, 228.

¹⁶ Cf. Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, Ibero-Amerikanisches Institut, I.HA Rep 218, 79.

que se refere às afinidades do foro mais político importa do mesmo modo sublinhar que as relações de Gibbons com o Secretariado de Propaganda Nacional são muito anteriores e vêm já, pelo menos, de Novembro de 1935, data em que o autor recebe, por intermédio da Casa de Portugal em Londres, a primeira prestação pela tradução de *Salazar: Portugal and her leader*, que viria a ser publicado pela Faber and Faber de Eliot também em 1939.¹⁷

Significarão todos estes factos que uma rede complexa de interesses, sustentada por afinidades religiosas, políticas e outras (algumas delas aparentemente mais locais e ligadas à própria dinâmica das actividades do Secretariado de Propaganda), se sobrepôs à empatia política que a nítida maioria dos membros do júri do Prémio Camões de 1939 sentiria pela Alemanha? É bem possível que sim. Em todo o caso importa igualmente acrescentar que esta história não termina ainda com a atribuição do prémio a Gibbons.

Poucos meses depois de o Prémio Camões ter sido anunciado, é o próprio Gustavo Cordeiro Ramos que, em carta pessoal datada de 11 de Julho de 1940 e num gesto que parece de alguma forma ser compensatório, informa Gertrud Richert da decisão do governo português de a agraciar com as Palmas da Ordem da Instrução Pública.¹⁸ A política procurava ‘corrigir’ assim os efeitos de outras redes de interesses e sobrepunha-se-lhes de novo. A neutralidade portuguesa no conflito mundial estava reestabelecida, também no campo cultural.

4. O “ESTADO MAIS CRISTÃO DO MUNDO”?

Esta breve *Viagem à volta das Ditaduras* (que é aliás o título de um livro de António Ferro de 1927) procurou mostrar, através da análise de dois casos concretos, o modo como os Estados totalitários se apropriam duplamente da literatura de viagens. Apropriam-se em primeiro lugar da própria viagem, limitando-a, restringindo-a ou

¹⁷ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/D-M/31/9, Relação discriminada das despesas efectuadas no mês de Novembro de 1935. Em todo o caso a publicação do livro de Ferro em Inglaterra é mais complexa uma vez que em Maio de 1935 o Secretariado de Propaganda fizera já um primeiro pagamento à Faber and Faber “referente ao livro ‘Salazar’ em língua inglesa”; no entanto, uma nota desse mesmo mês regista que “esta despeza está representada por um cheque que se encontra ainda em poder do Secretariado, pelo facto de no momento de [sic] o Director fechar, em Londres, o contracto da edição, ter verificado que a tradução não satisfazia” (cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/D-M/31/9, Relação discriminada das despesas efectuadas no mês de Maio de 1935). A contratação de Gibbons como tradutor deverá ter sido decisiva para o sucesso do projecto de edição inglesa do livro, um projecto moroso, cujo percurso é relativamente fácil de seguir a partir dos registos contabilísticos do Secretariado de Propaganda Nacional (cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/D-M/31/9, despesas dos meses de Outubro de 1936 e Fevereiro de 1937 em que, sempre por intermédio da Casa de Portugal em Londres, são pagas respectivamente as últimas prestações a Gibbons e “aos traductôres, pela tradução das ultimas notas”). Note-se que o livro de Ferro não conheceu nenhuma tradução alemã, apesar dos esforços feitos nesse sentido (cf. Clara 2014: 147-148).

¹⁸ Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, Ibero-Amerikanisches Institut, I.HA Rep 218, 80: 155.

autorizando-a em casos específicos, e apropriam-se ainda, parasitariamente, de uma tradição literária já bem estabelecida e popular desde pelo menos finais do século XVIII, dando-lhe orientações e objectivos, financiando-a, promovendo-a, premiando-a e, desse modo também, promovendo-se.

Num movimento que é reconhecidamente característico dos regimes autoritários transformava-se assim um discurso que já fora da ordem do saber e que evoluira também pelos caminhos da estética, num discurso de pura propaganda. No quadro do discurso político era possível, por conseguinte, fundir saber e estética. Prémios, comemorações e outros eventos ditos “oficiais”, porque patrocinados pelos regimes, foram os principais veículos de funcionalização da literatura e portanto, também, de politização da estética.

Se bem que transversal aos regimes fascistas europeus, esta politização do discurso estético conhece diferentes *nuances*, consoante as identidades nacionais que estão em jogo. No caso português, por exemplo, e em particular na actuação e actividades do Secretariado de Propaganda Nacional nos dois casos acima analisados, parece ser possível descortinar uma inegável preocupação de fundo com a questão religiosa. Com efeito, o facto de muitos dos protagonistas estrangeiros “convidados” por aquele Secretariado serem católicos e conservadores (de Sieburg a Gibbons sem esquecer Eliot) não pode ser considerado mero fruto do acaso ou da rede de relações pessoais que os representantes do Estado português então cultivavam. Significa isto que a política do “Estado mais cristão do mundo” (Mercereau 2013) se diferenciava de outras políticas fascistas da época, por ser permeável à influência da Igreja católica? Aparentemente, a entrega do Prémio Camões de 1939 ao britânico e católico John Gibbons parecia autorizar uma interpretação deste género, sobretudo tendo em atenção o contexto político específico em que ela ocorre. Porém, a condecoração atribuída a Gertrud Richert pelo governo português, poucos meses depois de a sua obra não ter ganho aquele prémio, parece apontar noutro sentido. De facto, ao reestabelecer a neutralidade portuguesa no campo cultural a condecoração veio reestabelecer também a ordem – leia-se: a hegemonia – do discurso político: de uma forma subtil, mas nem por isso menos efectiva, esta condecoração deu claramente a entender que a religiosidade cristã e católica fazia, sem dúvida, parte integrante da identidade nacional que o regime estava empenhado em construir e em promover, mas de modo algum essa religiosidade se poderia sobrepor ao próprio poder político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acciaiuoli, Margarida (2013): *António Ferro: a vertigem da palavra: retórica, política e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Bizâncio.
- Anónimo (1964): “Abschied von Friedrich Sieburg”. Em: *Die Zeit*, Nº 30, 24.07.
- Baranowski, Shelley (2004): *Strength through Joy: Consumerism and Mass Tourism in the Third Reich*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.

- Benjamin, Walter (2013): “Über den Begriff der Geschichte”. Em: *Gesammelte Schriften*. Bd. 1: Abhandlungen. 6. Aufl. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, pp. 691-704.
- Buddenbrock, Cecilia von (2007): *Friedrich Sieburg (1893-1964): ein deutscher Journalist vor der Herausforderung eines Jahrhunderts*. Frankfurt a. M.: Societäts-Verlag.
- Calado, Ana Isabel Nú (2005): *O Portugal de Salazar visto de uma varanda transmontana*. Lisboa: Centro de Estudos Anglo-Portugueses.
- Campos, Agostinho de (1937): “Betrachtungen über Gil Vicente”. Em: *Ibero-Amerikanisches Archiv* 11, 3, pp. 315-326.
- Carneiro, Carlos (2003): *Carlos Carneiro: História da minha viagem à Alemanha. Catálogo da exposição póstuma de homenagem ao pintor Carlos Carneiro*. Porto: Galeria Alvarez-Arte Contemporânea.
- Carvalho, Torres de (1933): *Nazis: aspectos citadinos e políticos da Alemanha*. Lisboa: Henrique Torres.
- Chalante, Susana (2011): “O Discurso do Estado Salazarista perante o indesejável (1933-1939)”. Em: *Análise social*, 46, 198, pp. 41-63.
- Clara, Fernando (2013): “O modelo universitário alemão e o ensino superior em Portugal no início da década de 30”. Em: *Colóquio/Letras* (Suplemento), 184, pp. 15-39.
- (2014) “A ‘questão da raça’, as redes internacionais do Instituto Ibero-Americano de Berlim e as suas relações com Portugal (1933-1945)”. Em: Clara, Fernando/Ninhos, Cláudia (eds.): *A Angústia da Influência. Política, Cultura e Ciência nas relações da Alemanha com a Europa do Sul, 1933-1945*. Frankfurt a. M.: Peter Lang, pp. 119-155.
- Clara, Fernando/Ninhos, Cláudia (eds.) (2014): *A Angústia da Influência. Política, Cultura e Ciência nas relações da Alemanha com a Europa do Sul, 1933-1945*. Frankfurt a. M.: Peter Lang.
- Cotrim, João Pedro (2010): *Tradutores e Propagandistas. Da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação*, Diss. Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Deinet, Klaus (2014): *Friedrich Sieburg (1893-1964): Ein Leben zwischen Frankreich und Deutschland*. Berlin: NoRa.
- Ellis, Steve (2015): *British Writers and the Approach of World War II*. New York: Cambridge University Press.
- Ferro, António (1927): *Viagem à volta das Ditaduras*. Lisboa: Ed. da Empr. “Diário de Notícias”.
- (1933): *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- (1939): *Salazar. Portugal and Her Leader*. Trad. John Gibbons e H. de Barros Gomes. London: Faber and Faber limited.
- Fonseca, Ana Mónica (2007): *A força das armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático.
- Forti, Simona (2006): “The Biopolitics of Souls: Racism, Nazism, and Plato”. Em: *Political Theory*, 34, 1, pp. 9-32.
- Gibbons, John (1928): *Tramping to Lourdes: Being Some Account of the Adventures That Befell John Gibbons, of Hornsey in Middlesex, in a Pilgrimage Undertaken through Anjou and Auvergne, Quercy, Béarn, and Bigorre, with Other Foreign Parts, in the 47th Year of His Age, and in the Year of Grace 1928*. New York: P.J. Kenedy and Sons.
- (1931): *Afoot in Portugal*. London: George Newnes.

- (1934): *Le vagabond de Notre-Dame; ou, Récit des aventures de John Gibbons, de Hornsey, Middlesex, au cours d'un pèlerinage à pied à travers l'Anjou et l'Auvergne, le Quercy, le Béarn, le Bigorre et autres lieux, jusqu'à Lourdes, en la 47eme année de son âge et l'an de grace 1928.* Trad. Charles Grolleau. Paris: Desclée de Brouwer & Cie.
- (1936): *Playtime in Portugal. An unconventional guide to the Algarves.* London: Methuen & Co.
- (1939a): *I Gathered No Moss.* London: Robert Hale.
- (1939b): *I Gathered No Moss.* London: Catholic Book Club.
- Gliech, Oliver C. (2000): "Das Ibero-Amerikanisches Institut 1930-1945." Em: *Jahrbuch preussischer Kulturbesitz*, 37, pp. 65-281.
- Graf, Johannes (1995): "Die notwendige Reise": *Reisen und Reiseliteratur junger Autoren während des Nationalsozialismus.* Stuttgart: M & P Verl. für Wissenschaft und Forschung.
- Guérard, Albert (1939): "Neues Portugal [Recensão]". Em: *Books Abroad* 13, 1, p. 48.
- Holtdorf, H. (1934): "Platon im Kampf gegen die Entartung der nordischen Rasse". Em: *Deutsches Philologen-Blatt. Korrespondenz-Blatt für den akademisch gebildeten Lehrerstand*, 42, 25, pp. 269-272.
- Krause, Tilman (1993): *Mit Frankreich gegen das deutsche Sonderbewußtsein: Friedrich Sieburgs Wege und Wandlungen in diesem Jahrhundert.* Berlin: Akademie Verlag.
- Langer, Ilse (1983): *Spezialkatalog zum Nachlaß Gerhard Pommeranz-Liedtke, Schriftsteller, Kunstwissenschaftler, Kulturpolitiker, geb. 12.12.1909 in Mewel/Kreis Marienwerder, gest. 27.6.1974 in Weimar.* Mscr.Dresd.App.2392, [Dresden].
- Lavallée, Marie-Josée (2014): *Pensée, politique, totalitarisme: lire Platon avec Hannah Arendt.* PhD. Montréal: Université de Montréal.
- Leonhardt, Rudolf Walter (1993): "Vor hundert Jahren wurde Friedrich Sieburg geboren: der einflußreichste Literaturkritiker der fünfziger Jahre: Ein Mann ohne Vergangenheit". Em: *Die Zeit*, N° 20, 14.05.1993.
- Liehr, Reinhard/Maihold, Günther/Vollmer, Günter (eds.) (2003): *Ein Institut und sein General: Wilhelm Faupel und das Ibero-Amerikanische Institut in der Zeit des Nationalsozialismus.* Frankfurt a. M.: Vervuert.
- Locke, John (1764 [1693]): *Some Thoughts Concerning Education.* London: Printed for A. Millar, H. Woodfall, J. Wiston and B. White.
- Maaß, Otto (1934): "Platons Staat in unserer Zeit". Em: *Deutsches Philologen-Blatt. Korrespondenz-Blatt für den akademisch gebildeten Lehrerstand*, 42, 18, pp. 196-198.
- Matos, Mário (1997): *As viagens marítimas da organização nazi 'Kraft durch Freude' a Portugal: turismo, literatura e propaganda (1935-1939).* Diss. Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- (2016): "Tourism as Networking for a Pan-Fascist Mobilisation before the Second World War". Em: Clara, Fernando/Ninhos, Cláudia (eds.): *Nazi Germany and Southern Europe, 1933-45: Science, Culture and Politics*, Houndmills/New York: Palgrave Macmillan, pp. 38-51.
- Matos, Mário/Grossegese, Orlando (eds.) (2011): *Zonas de contacto: Estado Novo/III Reich (1933-1945).* Perafita: TDP.
- Medina, João (1998): "Salazar na Alemanha: Acerca da Edição de uma antologia salazarista na Alemanha Hitleriana". Em: *Análise Social*, 33, 145, pp. 147-163.
- Mercereau, Jean (2013): "'The Most Christian State in the World': Irish Nationalism Newspapers and the Estado Novo, 1932-1945." Em: *Revista Diacrítica*, 27, 2 pp. 195-207.
- Metzner Leone (1941): *Nazis: dez meses na Alemanha em guerra.* Lisboa: Livraria Portugal.

- Morrow, Glenn R. (1940): "Plato and the Rule of Law." Em: *Proceedings and Addresses of The American Philosophical Association*, 14, pp. 105-126.
- Murley, Clyde (1941): "Plato's 'Republic', Totalitarian or Democratic?" Em: *The Classical Journal*, 36, 7, pp. 413-420.
- Narciso, Armando (1941): *A medicina na Alemanha: notas de uma viagem de estudo*. Lisboa: Ed. Médica.
- Nickel, Gunther (2010): "Sieburg, Friedrich Karl Maria". Em: *Neue Deutsche Biographie*, 24, pp. 331-333.
- Ninhos, Cláudia Sofia (2010): *Em torno da revista Junges Europa. A propaganda, a cultura e a ideologia ao serviço das relações luso-alemãs (1933-1945)*. Diss. Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Opitz, Alfred (1990): "Friedrich von Sieburg: Estado Novo e velho Portugal – Um duplo retrato." Em: Gama Xavier, A./Franco, António C. (eds.): *Aspectos da História Luso-Alemã*, Lisboa: s.n., pp. 103-110.
- (1993): "Deutsch-portugiesische Kulturbeziehungen im europäischen Kontext. Überlegungen zur interdisziplinären Perspektivierung eines problematischen Forschungsbereichs". Em: Strosetzki, Christoph (ed.): *Akten des Deutschen Hispanistentages*. Göttingen 28.2.-3.3.1991, Frankfurt a. M.: Vervuert, pp. 356-365.
- Orozco, Teresa (1995): *Platonische Gewalt: Gadammers politische Hermeneutik des NS-Zeit*. Hamburg: Argument-Verlag.
- Pimentel, Irene Flunser/Ninhos, Cláudia (2013): *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Pina, Maria João (2000): *As imagens de Salazar no estrangeiro: 1930-1960*. Diss. Mestrado, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Pinto, António (1939): *Através da Alemanha: as suas diferentes organizações. Conferência realizada no Liceu Normal de Lisboa*. Lisboa: Soc. Astória.
- Pinto, Rui Pedro (2008): *Prémios do espírito: um estudo sobre prémios literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.
- Platão (1961): *Laws*. Trad. Robert Gregg Bury. Cambridge: Harvard University Press.
- Pommeranz-Liedtke, Gerhard/Richert, Gertrud (1939): *Portugal, aufstrebender Staat am Atlantik*. Berlin: Steiniger-Verlag.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (1908): *Die modernen Richtungen im deutschen neusprachlichen Unterricht*. Leipzig: Druck Oskar Furstenau.
- Reynold, Gonzague de (1936): *Portugal*. Paris: Editions Spes.
- Richert, Gertrud (1935): *Die Bauwerke von Lissabon*. Berlin: Auslandsamt der Deutschen Berufsgruppen in der Deutschen Arbeitsfront.
- Santos, Carlos Afonso dos (1935): *Como eu vi a Alemanha*. Lisboa: Liv. Popular de Francisco Franco.
- Santos, José Beleza dos (1936): *Uma viagem de estudo à Alemanha*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Schmidt-Glassner, Helga/Richert, Gertrud (1942): *Portugal*. Mit einem Geleitwort von Conde de Tovar. Berlin/Zürich: Atlantis-Verlag.
- Semmens, Kristin (2005): *Seeing Hitler's Germany: Tourism in the Third Reich*. Houndmills/Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan.
- Seruya, Teresa (1995): "Germanistik in Portugal: ein wissenschaftsgeschichtlicher Bericht". Em: *Jahrbuch der Deutschen Schillergesellschaft*, XXXIX, pp. 391-417.
- (2003): "Ramos, Gustavo Cordeiro". Em: *Internationales Germanistenlexikon 1800-1950*, 3, Berlin/New York: Walter de Gruyter, pp. 1459-1460.

- Sieburg, Friedrich (1929): *Gott in Frankreich? Ein Versuch*. Frankfurt a. M.: Frankfurter Societäts-Druckerei.
- (1930): *Dieu est-il français?* Traduit de l'allemand et suivi d'une lettre de Bernard Grasset à Friedrich Sieburg. Paris: Grasset.
- (1937): *Neues Portugal. Bildnis eines alten Landes*. Frankfurt a. M.: Societäts-Verlag.
- (1938): *Le nouveau Portugal, portrait d'un vieux pays*. Trad. Pierre Klossowski. Paris: Les Éditions de France.
- (1952): "Portugal". Em: *Geliebte Ferne: Der schönsten Jahre anderer Teil*. Tübingen: R. Wunderlich; Hermann Leins, pp. 146-189.
- Silva, Reinaldo (2009): "TS Eliot and the Premio Camoes: A Brief Honeymoon and Anointment of Portuguese Fascist Politics". Em: *Yeats Eliot Review*, 26, 2, pp. 16-23.
- Streim, Gregor (1999): "Junge Völker und neue Technik. Zur Reisereportage im 'Dritten Reich', am Beispiel von Friedrich Sieburg, Heinrich Hauser und Margret Boveri". Em: *Zeitschrift für Germanistik*, 9, 2, pp. 344-359.
- Valério, Nuno (ed.) (2001): *Estatísticas históricas portuguesas*. I. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Vilas-Boas, Gonçalo (2011): "Olhares suíços sobre Portugal: de Reynold a Loetscher". Em: *Cadernos de Literatura Comparada*, 24/25, pp. 137-165.
- Wege, Carl (2005): "Unterwegs in Salazars Portugal und Mussolinis Italien: Friedrich Sieburgs und Gustav René Hockes Reiseliteratur aus den späten Dreissiger Jahren". Em: *Estudios Filológicos Alemanes. Revista del Grupo de Investigación Filología Alemana*, 8, pp. 329-336.
- Wilhelm, Theodor (1935): "Das Ausland als Erzieher". Em: *Deutsche Wissenschaft, Erziehung und Volksbildung: Amtsblatt des Reichsministeriums für Wissenschaft, Erziehung und Volksbildung und der Unterrichtsverwaltungen der Länder*, 1, 24, pp. 66*-67*.
- Zimmermann, Harro (2015): *Friedrich Sieburg – Ästhet und Provokateur: Eine Biographie*. Göttingen: Wallstein-Verlag.
- Zúquete, José Pedro (2005): "In Search of a New Society: An Intellectual between Modernism and Salazar". Em: *Portuguese Journal of Social Science*, 4, 1, pp. 39-59.

Artigo recebido: 25.11.2015

Artigo aprovado: 04.08.2016

| Fernando Clara é Professor Auxiliar com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lecciona e investiga na área de Estudos Alemães, Estudos Culturais, Relações Luso-Alemãs. De entre as suas publicações mais recentes destacam-se *Outros Horizontes. Encontros luso-alemães em contextos coloniais* (2009), *A Angústia da Influência. Política, Cultura e Ciência nas relações da Alemanha com a Europa do Sul, 1933-1945* (2014), *Nazi Germany and Southern Europe, 1933-45: Science, Culture and Politics* (2016).